

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

GABRIEL DA SILVA RICO TORRES

ECONOMIA E MORALIDADE: UMA HISTÓRIA DE SEPARAÇÃO

**BRASÍLIA
2015**

GABRIEL DA SILVA RICO TORRES

ECONOMIA E MORALIDADE: UMA HISTÓRIA DE SEPARAÇÃO

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação da Profa.Dra. Andrea FelipeCabello.

BRASÍLIA

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, em primeiro lugar, por serem o meu principal apoio afetivo e, não menos importante, financeiro.

Agradeço ainda aos meus familiares e amigos pelas necessárias risadas e pelos confortáveis ombros.

Agradeço, finalmente, a todos os professores e funcionários do Departamento de Economia por terem sido o alicerce da minha educação universitária. Em especial, à professora Denise Imbroisi, pela imensa boa vontade que teve comigo e pelas excelentes sugestões para a versão final deste trabalho, e à professora Andrea Cabello, minha orientadora, por ser uma profissional muito competente e uma alma muito generosa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a história da relação entre a Economia e as questões morais e o “como” e o “porquê” do seu distanciamento. Para tanto, é cotejado o período clássico (1770-1870), em que a relação estava firme, com o período posterior (1870-1930), quando surge o marginalismo e a relação vai ficando mais fraca. A definição de Economia proposta por Lionel Robbins nos anos 30 é convencionalizada como o momento em que a relação se torna virtualmente inexistente no *mainstream* econômico. Ao final do trabalho, após a leitura histórica de quase cento e sessenta anos de teoria econômica, compreendemos melhor o “como” da separação. O “porquê” confirma as hipóteses iniciais de que os motivos responsáveis pela separação entre Economia e moralidade foram a emulação do método das ciências naturais e a influência do positivismo. Sabendo da importância do estudo da história para o desenvolvimento de um futuro saudável, concluímos o trabalho com a expectativa de estar contribuindo para uma melhor compreensão da relação entre a Economia e as demais ciências sociais.

Palavras-chave: História do pensamento econômico; Metodologia econômica; Interdisciplinaridade na Economia; Moralidade econômica; Filosofia Moral; Economia clássica; Marginalismo.

ABSTRACT

The aim of this study is to present the history of the relationship between Economics and moral issues, as well as clarifying the “how” and the “why” of their detachment. To this end, the paper confronts the classical period (1770-1870), when the relationship was strong, with the posterior period (1870-1930), when marginalism appears and the relationship weakens. The study stipulates the definition of Economics proposed in the 30s by Lionel Robbins as the moment in which the relationship becomes virtually inexistent in mainstream economics. At the end of the analysis, after the historical reading of almost a hundred and sixty years of economic theory, the “how” of the separation is better understood. The “why” confirms the initial hypotheses that the emulation of the natural science methods and the influence of positivism were the cause for the separation between Economics and morality. Knowing the importance of the study of history to the development of a healthier future, the analysis concludes with the hope that it is contributing to a better understanding of the relationship between Economics and the other social sciences.

Keywords: History of economic thought; Economic methodology; Interdisciplinary Economics; Economic morality; Moral philosophy; Classical economics; Marginalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1 – Filosofia Moral e Economia clássica.....	9
1.1. Considerações sobre a Economia clássica.....	9
1.2. Adam Smith e o papel da História sobre a ciência.....	10
1.3. Thomas Malthus e David Ricardo.....	12
1.4. John Stuart Mill, pai do <i>homo economicus</i>	14
1.5. Parêntesis: Economia e a moral religiosa.....	15
1.6. Breve comentário sobre uma perene visão de oposição.....	16
Capítulo 2 – 1870-1930: Período de fluidez metodológica.....	17
2.1. O marginalismo.....	17
2.2. Jevons, Bentham e o utilitarismo.....	24
2.3. Walras e Menger.....	26
2.4. Marshall e o fim de século.....	29
2.5. O critério de Pareto.....	34
2.6. Veblen como representante do institucionalismo americano.....	34
2.7. Amostra do pensamento econômico independente.....	40
2.8. Lionel Robbins e a definição “definitiva”.....	41

Conclusão.....	44
Referências	
Bibliográficas.....	46

INTRODUÇÃO

O distanciamento da Economia para com as ciências sociais já é evidente nos dias de hoje. Existem pouquíssimas interações entre as duas literaturas; menos ainda se considerarmos somente a representação da Economia ortodoxa-neoclássica. Uma teoria econômica que busque se aproximar do mundo real deve considerar a importância da teoria social. A dicotomia entre essas duas áreas, Economia e demais ciências sociais, surgiu no início do século XX, quando a profissionalização das disciplinas sociais estava sendo formada. O processo de “dessocialização” é como Jackson (2013) credits a evolução da Economia. Os economistas clássicos levavam em consideração as classes sociais ao formar um retrato da economia capitalista; os neoclássicos, por outro lado, criaram uma Economia ahistórica, que constrói o comportamento a partir do nível individual, e com um suposto maior rigor lógico (BACKHOUSE, FONTAINE, 2010; JACKSON, 2013). Backhouse e Fontaine (2010, p.3, tradução nossa) afirmam, ao tratarem do estudo contemporâneo da história do pensamento econômico, que “as referências para as relações entre a Economia e as demais ciências sociais são quase universalmente acidentais”. Eles exemplificam por meio do conteúdo de um dos mais influentes livros da área: *Economic Theory in Retrospect* (1997) de Mark Blaug, que ignora quase que completamente a relação da Economia com as outras ciências sociais.

A literatura da história da interação entre as ciências sociais e a Economia, sumamente apresentada no parágrafo anterior, já está bem estabelecida. Não há, porém, tanta literatura sobre a específica interação histórica da Economia com a Filosofia Moral¹. O exemplo mais próximo do que queremos alcançar com este trabalho é o artigo de Alvey (2000), *An Introduction to Economics as a Moral Science*. Esse artigo, contudo, possui limitações de espaço e conteúdo. Com o objetivo de ampliar o estudo sobre a presença das questões morais na Economia, iremos neste trabalho entender como se deu a crescente perda de importância dessas questões.

¹A Filosofia Moral, ou Ética, pode ser definida como a área do conhecimento que estuda os princípios morais do ser humano, ou seja, os valores individuais que determinam sua conduta. Neste trabalho, utilizamos os termos “moralidade” e “moral” para nos referenciar a esses valores.

Para tanto, iremos cotejar o período clássico (de Smith até antes da revolução marginalista), em que as questões morais estavam presentes na discussão econômica, com o período posterior (partindo da revolução marginalista e se encerrando com a definição de Economia de Lionel Robbins), de maior fluidez metodológica e em que ocorreria a aceleração do processo de separação da Economia com a Filosofia Moral. Esperamos confirmar as explicações de Alvey (2000) para a perda de importância das questões morais na Economia: 1) a influência do método das ciências naturais, incluindo o uso de matemática; 2) a influência do positivismo nas ciências sociais.

A fim de tratar as questões expostas acima, este trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo expor a presença da questão da moralidade entre os economistas clássicos. Apresentaremos o pensamento dos principais intelectuais britânicos da Economia Clássica, de Smith até Mill. Também teceremos dois breves comentários sobre a relação religião-Economia e sobre a influência de Karl Marx na história do pensamento econômico. Será visto como a Economia, que começava a se insinuar na direção da ciência vigorosa e independente que é hoje, fazia parte de uma amálgama científica em que se abrangiam todos os troncos das atuais ciências sociais, incluindo a Filosofia Moral.

A história da ciência nos demonstra que num período de poucos anos várias mudanças paradigmáticas podem ocorrer. É num desses períodos de maior densidade fenomênica – entre 1870 e 1930 – que nos concentraremos no segundo capítulo. Antes “Economia Política”, nossa ciência não viu mais necessidade de se descrever como “política” e foi deixando cada vez mais suas origens morais e sociais de lado. Nesse capítulo será visto como se deu a evolução entre os pioneiros da Economia neoclássica (Jevons, Walras, Menger) e a definição de Economia de Lionel Robbins na década de 1930, que pode ser convencionalizada como a oficialização dos ideais marginalistas. Será visto ao longo do capítulo como alguns resquícios de preocupação moral ainda permaneciam nos primeiros marginalistas; como alguma resistência de peso ainda era encontrada contra eles, principalmente na figura de Thorstein Veblen; e quais são as principais diferenças entre a Economia neoclássica, evolução dos ideais marginalistas, e a Economia clássica.

CAPÍTULO 1 – FILOSOFIA MORAL E ECONOMIA CLÁSSICA

1.1 – Considerações sobre a Economia clássica

Antes de mais nada, é preciso entender o que consideramos como economistas clássicos neste trabalho. Como visto em Blaug (2008), sempre existiram disputas sobre o que significaria “Economia clássica” e quais economistas comporiam esse grupo. Keynes (1936) reflete que apesar do termo “economistas clássicos” ter sido criado por Marx para se referir a Ricardo, James Mill e seus predecessores, ele o utiliza incluindo também economistas posteriores a Ricardo. Para Keynes, o grupo dos clássicos é composto pelos economistas desde Ricardo até Pigou. Neste trabalho, porém, utilizaremos o termo para definir um período entre a segunda metade do século XVIII, quando a *Riqueza das Nações* (1776) de Smith é apresentada na sua primeira edição, até o surgimento da revolução marginalista por volta da década de 1870. Dessa forma, é possível incluir não somente os economistas do *laissez-faire*, mas também visões dissidentes, como a de Karl Marx.

A escolha de se começar esta análise a partir de Adam Smith, no século XVIII, se dá por algumas razões, que também merecem exposição. Em primeiro lugar, Adam Smith é tradicionalmente considerado como o primeiro economista moderno, entendendo-se que seus escritos eram muito mais específicos e coerentes do que aqueles que os precederam (HUNT, 2005). Adicionalmente, lembramos que a Economia neoclássica, a mais popular vertente teórica econômica, adquiriu parte da sua identidade por meio da Economia clássica (ainda que haja diferenças marcantes entre elas, como será visto adiante no trabalho). Desse modo, é possível entender como as análises da história do pensamento econômico, incluindo esta, preferam partir do passado histórico “smithiano”. Um segundo ponto a ser levantado é que a realidade histórica dos predecessores de Smith não permitia que as suas análises tivessem o nível de coerência que o autor escocês finalmente traria. Hunt (2005, p.35) acredita que esses economistas “estavam escrevendo numa época de transição socioeconômica em que as características do sistema capitalista emergente estavam permeadas de muitos vestígios do antigo sistema”. Quando vemos que a enorme maioria dos estudos econômicos realizados nos últimos quatro

séculos tomam o modelo econômico capitalista como dado, entende-se melhor a menor relevância para nós de estudos, por exemplo, do período mercantilista.

Num plano mais amplo, é possível destacar um fator de união entre os economistas clássicos: embora a Economia (então chamada de Economia Política) já começasse a ganhar independência, ela ainda possuía uma relação de proximidade muito grande com as demais ciências sociais, sobretudo em comparação com o panorama atual². Smith, professor da Universidade de Glasgow, lecionava um curso de Filosofia Moral disposto em quatro pilares: Teologia Natural, Ética, Justiça e Economia Política (ALVEY, 2000). O estudo econômico era somente *um* dos quatro pilares.

A metodologia para o estudo econômico mudou enormemente dos economistas clássicos para seus posteriores. A observação atual do economista, após o aumento de importância da estatística no século XIX e do surgimento da econometria no início do século XX, é dada por intermédio de dados estatísticos coletados por instituições de todo o mundo. Mais recentemente surgiu a Economia Experimental, que se vale de técnicas para experimentos controlados. Os economistas clássicos, como Smith, talvez possuísem maior aversão por estatísticos e, por isso, confiassem mais no “senso comum” da humanidade. Para suas análises, eles confiavam, por exemplo, em relatos testemunhais de sessões do parlamento britânico (MASS; MORGAN, 2012). Na época atual, muito por contada influência histórica do positivismo, a observação deve possuir rigor matemático, basear-se em modelos estatísticos e utilizar de cálculos computacionais. Num contraponto, veremos a seguir de que modo a Economia clássica apresentava a moral do observador e a moral do observado.

1.2 –Adam Smith e o papel da História sobre a ciência

A época em que viveram os economistas clássicos foi uma de grande agitação social, política e econômica. Diversas revoluções eclodiram durante a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Americana. As monarquias absolutistas

²Fontes críticas desse paradigma metodológico são Hands (2008), Sandel (2013) e o casal Shiller (2011), apenas para citar alguns.

perdiam força nesse período, ao mesmo tempo que as forças políticas republicanas começavam a se insinuar no controle político mundial. Não só isso, mas a Revolução Industrial também principiaria no século XVIII. Ainda existem controvérsias sobre se os primeiros economistas modernos, em seus estudos, levaram em conta as mudanças provocadas pelos novos processos manufatureiros. Essa indeterminação se mostra mais presente acerca de um possível ato profético de Smith n' *ARiqueza das Nações*. Blaug (1997, p.35, tradução nossa), ainda que admita que a obra-prima de Adam Smith foque no desenvolvimento econômico das nações recém-capitalistas, crê que “não há nada que sugira que Adam Smith tinha consciência de que vivia numa época econômica turbulenta”. De acordo com Blaug, o segundo livro d' *ARiqueza das Nações* condena os bancos escoceses pela grande disponibilidade de crédito que eles ofereciam para investimentos: um Smith consciente dos exponenciais avanços tecnológicos de sua época jamais faria essa censura. Ademais, Blaug argumenta que as séries estatísticas de produção britânica só começaram a apresentar resultados notáveis ao fim da década de 1780, posterior à primeira edição do livro.

Uma opinião antagônica surge em Hunt (2005, p.40):

O fato de Adam Smith ter escrito *A Riqueza das Nações* na época em que a Revolução Industrial estava apenas começando é uma prova tanto do fato de que muitas características econômicas que viriam dominar as grandes cidades industriais no início do século XIX estavam presentes, de alguma forma, em algumas cidades inglesas e escocesas de meados do século XVIII (principalmente Glasgow), como também do fato de que Adam Smith era, na verdade, um cientista social extremamente perspicaz.

Hunt (2005), com sua constituição marxista, também acredita que as teorias de História e Sociologia de Smith levavam em conta um panorama de luta de classes e de relação de poder entre essas classes. A teoria de Smith, inclusive, buscava explicar as origens e a evolução da luta de classes. Hunt observa que a maior contradição de Smith surge por conta dessas teorias históricas e sociológicas. Ao mesmo tempo que o autor escocês acreditava numa “mão invisível” que guiava os comportamentos individuais egoístas para um equilíbrio, os comportamentos individuais egoístas também geravam, na forma dividida do produto do trabalho entre salários e lucros, os conflitos entre classes. A solução dessa contradição, de acordo

com Hunt, é que a “mão invisível” surja de leis naturais, não do comportamento individual.

As obras de Smith *A Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759, e *As Riquezas das Nações*, de 1776, ainda que com focos diferentes (*A Riqueza* possui uma preocupação econômica aparentemente inexistente n’*A Teoria*), utilizam a multidisciplinaridade e a preocupação moral como recursos para o estudo científico. Paganelli (2010) crê, inclusive, que a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações* são trabalhos consistentes, que apontam um mesmo caminho. Para ele, as duas obras de Smith podem ser vistas como defensoras de sociedades comerciais. Smith representa a visão de um economista que propunha argumentos econômicos em bases morais e vice-versa. Uma frase famosa de Smith n’*A Riqueza das Nações* sintetiza a união entre Economia e Filosofia Moral que se fazia presente em seus escritos: “Todo homem, contanto que ele não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir seus próprios interesses da sua própria maneira” (SMITH, 1977, p.914).

A metodologia de Smith é especialmente interessante em face daquilo que é apresentado na Economia *mainstream* contemporânea. Smith teria se inspirado, conscientemente ou não, no método newtoniano. Nesse método, os fenômenos que se apresentam para a ciência decorrem de leis básicas e gerais. Numa análise mais detida, a teoria da “mão invisível” certamente atende aos pré-requisitos newtonianos. Ela nada mais é do que uma lei geral, natural e que descreve todos os principais fenômenos da economia capitalista, como o suposto equilíbrio do mercado e o espírito egoísta e ganancioso do empresário capitalista. Outro aspecto da metodologia “smithiana” é a pequena presença de matemática. Ainda que empregasse o método newtoniano, Smith parecia reconhecer a diferença entre ciências como a Matemática e a Física para a Economia. Sua biblioteca não era escassa de livros matemáticos, de modo que se pode imaginar que a escolha por uma metodologia não-matemática tenha sido voluntária. A riqueza do método de Smith estaria na sua “ampla ênfase social”, que considera os aspectos psicológicos e sociológicos nas análises econômicas. O método “smithiano” envolve história, experimentação, raciocínio lógico, certos axiomas morais, retórica e mesmo um pouco de estatística (REDMAN, 1997).

1.3 – Thomas Malthus e David Ricardo

Cronologicamente após Smith, os mais influentes economistas foram Thomas Robert Malthus e David Ricardo. Malthus e Ricardo também viveram num período revolucionário, de modo que a luta entre as classes operárias e classes nobres esteve presente em suas análises. A teoria de Ricardo que mais chama atenção nessa linha é a da renda. Segundo Hunt (2005, p.86-87), acerca da oposição de ideias de Malthus e Ricardo, “a principal questão social em que suas opiniões diferiam era o conflito entre os capitalistas e os proprietários de terras. Ricardo sempre defendia os interesses da classe capitalista”, em oposição às defesas de Malthus dos proprietários de terra, que se apresentavam de forma mais clara na sua teoria da “superprodução”. A outra teoria famosa de Malthus, a da população, tinha muito a ver com sua formação e prática cristã. Ele acreditava que o nível moral do pobre era inferior ao do rico, resultando numa taxa de natalidade maior para essa população. Essa taxa ameaçaria a produção de alimentos, que se tornaria insuficiente. Malthus também criticava a “lei dos pobres” da Inglaterra de sua época, por acreditar que qualquer ajuda à essa camada teria como efeito o aumento da população e, por consequência, uma restrição na oferta de alimentos (HUNT, 2005).

Tradicionalmente, existe a consciência de que Malthus e Ricardo eram opostos. Isso pode ser exemplificado por Alvey (2000). Para ele, Thomas Malthus, o primeiro professor de política econômica na Inglaterra, via a Economia como ciência moral. David Ricardo, por outro lado, enxergava a Economia como algo técnico, não moral.

Porém, talvez Malthus e Ricardo não estivessem tão metodologicamente distantes como normalmente se pensa. A visão de Redman (1997) é de que eles não seriam opostos, mas complementares. Malthus era visto como ilógico, confuso, indutivo e com preocupações históricas e empíricas. Ainda que considerado como o predecessor mais próximo de Keynes pelo próprio Keynes, economistas como J. S. Mill e Marx não davam muito valor a Malthus (REDMAN, 1997). Ricardo, por outro lado, é tradicionalmente visto como lógico, dedutivo e sem fortes influências históricas, filosóficas e sociológicas em seus escritos. No entanto, mesmo que mais tarde sua reputação tenha sido recuperada principalmente por Sraffa, Ricardo também teve seus momentos de baixadurante a segunda metade do século XX,

especialmente pelo que ficou conhecido como “vício ricardiano”. Esse “vício” seria a introdução de hipóteses irrealistas em modelos matemáticos “elegantes” e aparentemente completos (SCHUMPETER, 1954 apud REDMAN, 1997). Uma defesa mais clara dessa complementariedade de Malthus e Ricardo é vista a seguir (REDMAN, 1997, p.316, tradução nossa):

Foram examinados dois diferentes temperamentos científicos que refletem a formação dos dois economistas – um que surge de uma perspectiva de corretor/banqueiro e foca na coerência lógica e nos resultados rápidos; um outro formado por um panorama universitário e teológico e que se direcionava para a consistência empírica, uma cuidadosa formação de generalizações, meticulosidade semântica e realismo de hipóteses iniciais. Podemos ver que essas duas inclinações metodológicas não precisam ser mutuamente exclusivas. No entanto, deve ficar claro que a Economia neoclássica ortodoxa evoluiu mais de acordo com o projeto de Ricardo (especialmente se a Economia matemática é vista como uma das contribuições intelectuais de Ricardo), enquanto o institucionalismo americano (...) está mais próximo da concepção metodológica de Malthus. Infelizmente, a Economia contemporânea ainda tende a propagar o entendimento das duas abordagens metodológicas como frentes opostas.

1.4 –John Stuart Mill, pai do *homo economicus*

Continuando a cronologia de intelectuais britânicos, surge a figura de John Stuart Mill. Mill foi um dos últimos estudiosos daquilo que se chamava Economia Política. Um paradoxo surge no fato de que Mill faz uso do utilitarismo de maneiras diferentes ao tratar da moral e da economia. Embora não fosse um positivista, acreditava que as questões a serem respondidas pelos economistas deveriam tratar do que “é”, não do que “deveria ser”. Kaminitz (2014) comenta esse paradoxo e como ele abre caminho para o entendimento da fluidez metodológica que existia na Economia da época de Mill. Alvey (2000, p. 1239, tradução nossa) corrobora essa visão de Kaminitz: “ele [Mill] parece se contradizer de várias maneiras, fazendo com que uma interpretação seja difícil: ele aparenta ser mais ricardiano em afirmações metodológicas formais do que na prática”. Alvey conclui que Mill apresenta uma ciência econômica moral, embora ela não seja tão profunda como a de Smith.

Uma das maiores contribuições de Mill para os economistas das décadas seguintes é a sua criação do *homo economicus*. Esse conceito aparece em suas obras *Essayson Some UnsettledQuestions of Political Economy*, de 1844, e

Principles of Political Economy, de 1848. Esse indivíduo de Mill é a abstração de um homem perfeitamente racional e que só leva em consideração aquilo que afeta diretamente suas preferências. O homem a ser tratado na Economia deveria possuir essas características; tanto pela simplicidade e praticidade da definição, mas também porque Mill acreditava que essa seria uma boa representação do ser humano. O termo, na verdade, foi criado pelos adversários de Mill da Escola Histórica, que zombavam da noção de um ser humano ahistórico, que age da mesma maneira em qualquer momento da história e que só se preocupa com considerações econômicas (RODRIGUEZ-SICKERT, 2009). O conceito de *homo economicus* de Mill pode ser visto como o símbolo do individualismo metodológico que viria a se consolidar na Economia. Rodriguez-Sickert (2009, p.224, tradução nossa) argumenta que “não é a originalidade (...), mas o caráter abstrato do *homo economicus* de Mill que o tornou um dos paradigmas que mais exerceu influência nas ciências sociais modernas”.

1.5 – Parêntesis: Economia e a moral religiosa

Um exemplo de como a indagação moral perdeu espaço no pensamento econômico pode ser visto na investigação do desaparecimento da religião na Economia, especialmente à luz do conhecimento de que Thomas Malthus era um reverendo anglicano. Na história das ideias existe uma tensão entre a religião e a Economia decorrente da falta de compatibilidade dos ideais religiosos em comparação com os ideais utilitaristas (BATEMAN, 2011; BATEMAN, BANZHAF, 2008). Não existe um momento claro em que se possa perceber a secularização da Economia, mas Bateman (2011) acredita que alguns episódios foram marcantes e ajudam a entender a separação dela com a religião. O trabalho de estudiosos como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill é salientado. Ambos, no início do século XIX, foram pioneiros na formulação das ciências sociais como são hoje. Porém, enquanto Tocqueville via a análise de classes como central para o estudo econômico, Mill ignora o aspecto sociológico das classes e argumenta que a abstração do ser humano hedonista, o *homo economicus*, responderia pelo comportamento social. O argumento de Bateman é que Mill, ao definir o homem de tal forma, impossibilita a existência da influência religiosa no comportamento humano. Para Mill, a religião

deve ser campo de estudo da sociologia. Quando a análise neoclássica tomou a Economia após a Segunda Guerra Mundial, pouco havia restado das ideias religiosas no entendimento do comportamento humano.

1.6 –Breve comentário sobre uma perene visão de oposição

Por fim, faremos um breve comentário sobre Karl Marx. Embora o autor alemão não faça parte da “Economia clássica” (pelo contrário, ele era um crítico dela), cabe citar a relação de Marx com as outras ciências sociais afora a Economia – destacando em especial a Filosofia Moral –devido ao período comum de suas análises com os economistas clássicos e à influência intelectual e social que Marx exerceu nos últimos séculos.

Hunt (2005) comenta que a crítica maior de Marx ao seus contemporâneos e predecessores era a “falta de perspectiva histórica” de suas obras. A produção é vista por Marx como uma atividade social, que assume formatos dependentes da organização social e das técnicas de produção para cada momento histórico. A essência trans-histórica do serhumano é considerada. Resumidamente, é possível citar a crítica marxista da mais-valia, “roubo” dos empresários capitalistas da população proletária, como representante do que seria o pensamento de Marx sobre a economia. Os escritos de Marx são passionais, carregando um senso de justiça e crença na vitória do povo, que viria pela “inevitável” revolução comunista. No entanto, a maior contribuição moral de Marx talvez nem seja essa (AMARIGLIO; MADRA, 2009, p.330-331, tradução nossa):

A ética no comunismo de Marx é vista na sua fidelidade em sustentar esse projeto de imaginação e mesmo sugerir uma “outra forma” de relacionar a questão da reprodução econômica e social. A ética está presente na contínua esperança de Marx em sustentar uma posição crítica em relação ao estado existente das coisas, não em suas críticas particulares e cambiantes do capitalismo ou em suas obscuras, parciais formulações do formato que o comunismo pode tomar. A lição com Marx é que, encarando o abismo de um comunismo desconhecido, a ética é a vontade de arriscar uma diferente organização social de saldos positivos.

CAPÍTULO 2 – 1870-1930: PERÍODO DE FLUIDEZ METODOLÓGICA

2.1 –O marginalismo

De Smith até o início do século XX, houve uma maior profissionalização e especialização da Economia, que deixou de ser “Economia Política” para virar somente “Economia”. Nesse período, os métodos das ciências naturais influenciaram a Economia; especialmente a utilização da matemática. Também pela influência do positivismo, aquilo que se preocupava com questões morais perdeu importância dentro do pensamento econômico. Antes disso, contudo, houve um período, especialmente entre 1870 e 1930, em que existia uma ampla fluidez metodológica na Economia, ainda que, com a progressão do tempo, as considerações morais nos trabalhos econômicos tenham cada vez mais perdido importância (BLAUG, 2008; HANDS, 2008).

Em razão do trabalho de três economistas, a Economia mudou sua cara para sempre. Esses foram William Jevons, inglês; Léon Walras, francês; e Carl Menger, nascido na Polônia e estabelecido na Áustria. O que os une como um grupo é o conceito de utilidade marginal, que foi desenvolvido por cada um deles de forma independente. Não nos permitamos esquecer que, como será visto adiante no capítulo, esses economistas também possuíam marcadas idiosincrasias. Antes, porém, falaremos do denominador comum dos marginalistas, a utilidade marginal.

A utilidade marginal é a variação na utilidade de um consumidor quando se aumenta (ou se diminui) uma unidade de seu consumo, seja um bem ou uma atividade. Esse conceito se provou transformador na história do pensamento econômico e se tornou parte das mais terrenas fundações da Economia neoclássica. Isso, no entanto, não significa que as ideias marginalistas foram automaticamente acolhidas pelos demais economistas. O processo de aceitação e assimilação das ideias marginalistas foi uma questão de persuasão por parte de seus criadores, além de estar inserido num curso histórico decorrente de mudanças que ocorreram dentro da sociedade e dentro do método científico.

A influência dos acontecimentos históricos sobre a Economia desse período pode ser vista por mais de um ângulo. Hunt (2005), por um lado, afirma que um fato notável para o surgimento da teoria marginalista foi a cada vez maior concentração

do setor industrial dos países ricos ao longo do século XIX. Ou seja, que as maiores firmas começaram a obter um maior controle do mercado, eliminando as firmas pequenas. Com essa situação, a teoria do valor-trabalho perderia um pouco do seu valor para os capitalistas e, com isso, abrir-se-ia um espaço para uma nova teoria mais útil a essa classe, a teoria neoclássica. A explicação da perda de valor da teoria clássica é que essa teoria só teria sido de maior utilidade quando os capitalistas estavam mais envolvidos no processo produtivo e as firmas eram menores, como foi o caso nos primeiros momentos do capitalismo. Isso se dá porque a teoria do valor-trabalho foca na rápida acumulação de capital e na questão da distribuição de renda. Essas preocupações são próprias de firmas com cadeias de comando menores, em que o dono da firma interage diretamente com seus empregados. Nas primeiras décadas da Revolução Industrial, portanto, o capitalista preocupado em fazer crescer sua firma se valia das teorias de Smith e Ricardo. Com o tempo, porém, as cadeias de comando se expandiram e o envolvimento dos capitalistas no processo produtivo diminuiu. Esse processo, cada vez mais sistematizado, acabou por se consolidar institucionalmente. A teoria do mercado de trocas com agentes maximizadores de utilidade passou a corresponder mais com o comportamento dos capitalistas e a sua necessária defesa da propriedade privada (HUNT, 2005).

Birken (1988) possui uma opinião semelhante. Para ele, não é coincidência que Jevons, Walras e Menger tenham desenvolvido teorias tão parecidas em tão curto espaço de tempo e em tão grande distância uns dos outros. A maturação do capitalismo e as revoluções tecnológicas do século XIX pavimentaram uma estrada com destino final no consumidor, que precisava absorver toda a crescente produção das firmas capitalistas. Conseqüentemente, isso teria gerado a necessidade de uma nova teoria. Por outro lado, Blaug (1997) não acredita que a emergência quase em simultaneidade dos ideais marginalistas tenha ocorrido em razão de mudanças da estrutura de produção ou da estrutura de classes. Para esse autor, não existe nenhuma teoria satisfatória que explique esse fenômeno.

No nosso trabalho, reconhece-se esses dois ângulos vistos anteriormente (Hunt e Blaug) como representantes influentes e polares da discussão histórica relativa ao surgimento do marginalismo. Nenhuma preferência teórica será tomada por nós, de modo que só a exposição das divergências nos é suficiente. A

consideração que faremos, apenas, é que reconhecemos que as teorias de Jevons, Walras e Menger surgiram independentemente num período muito curto de tempo e com muitas similaridades entre si, de modo que são grandes as chances de que a Economia não tenha presenciado aí um dos maiores acasos de todos os tempos.

A reflexão que fazemos se dá acerca da dificuldade em saber com precisão o tamanho da influência dos acontecimentos históricos e sociais sobre ideias que também podem surgir da espontaneidade individual. Com o propósito de clareza histórica, partiremos neste capítulo não do processo de formação das ideias marginalistas, mas já do momento de sua completa existência. Somente notaremos, brevemente, que as teorias marginalistas capturaram certas ideias que já “estavam no ar”, como Milonakis e Fine (2009) colocam. Listaremos algumas delas: o individualismo e o utilitarismo dos marginalistas, por exemplo, foram ideologias derivadas de economistas como Say, Senior e Bastiat (HUNT, 2005); a crença na relação direta entre utilidade e valor de troca também teve continuidade com os marginalistas, embora com eles essa crença pôde se desenvolver; os marginalistas procuraram se distanciar da escola ricardiana, embora o modelo dedutivo de Ricardo tenha permanecido; os marginalistas enxergaram o ser humano como um ser que racionalmente maximiza sua utilidade, como o *homo economicus* da Economia clássica e teorizado por Mill, afinal, dentro do mercado marginalista, todos se tornam iguais.

Lendo somente o último parágrafo, parece que a maior novidade desses economistas da segunda década do século XIX foi somente a aplicação da noção de utilidade marginal decrescente por meio do cálculo diferencial. Ou seja, que a grande única novidade foi a introdução plena da matemática na Economia. A novidade, porém, não foi só essa. A própria razão de ser da Economia se alterou durante esse período. Uma das maiores rupturas surgidas do pensamento marginalista nasceu do maior foco que se passou a dar à economia de trocas. Walras, para citar somente um deles, direcionou a sua teoria para o estudo do processo de trocas e de determinação de preços, desviando-se das preocupações de acumulação de riqueza dos clássicos. Até então, a teoria econômica pouco se importava com a perspectiva do consumidor dentro da economia. Buscava-se entender o valor do trabalho, a acumulação do lucro, a distribuição da riqueza. A maior parte dos economistas clássicos, como Smith e Ricardo, aliás, via o acúmulo

de riqueza do Estado como o objetivo central da Economia Política. Essa perspectiva do Estado como objeto central se reduziria, com o advento do marginalismo, para focar no indivíduo. O consumo de cada indivíduo e a conjunção do consumo de todos os indivíduos passaram a explicar os fenômenos econômicos. A macroeconomia deu lugar à microeconomia. Todo ato de consumo passou a ser útil. Tanto a água quanto o diamante passaram a ser bens de consumo desejáveis. O que determinaria um ato de consumo seria o conjunto de preferências de um indivíduo e a utilidade marginal de um bem contra todas as demais opções de bens.

Essa mudança de visão holística para individualista é vista por Birken (1988, p. 257-258, tradução nossa) como essencial na compreensão da perda de importância da moralidade na Economia:

O consumo individual se torna, neste ponto, o fim último da Economia Política, e, dessa forma, imune a qualquer escrutínio moral. Quero sugerir que o advento do marginalismo assinalou a aparição de uma nova forma de individualismo, um individualismo baseado no desejo. (...) A mudança para a perspectiva do indivíduo consumidor estava associada com a redefinição radical do propósito da teoria econômica.(...) Quando o valor deixou de possuir uma base objetiva tanto na produção social (trabalho) como na necessidade social (utilidade), o caráter autodeterminante da teoria econômica desapareceu.(...) A economia gradualmente parou de se compreender como um centro autônomo de vida social e, no lugar disso, passou a se constituir simplesmente como um meio de satisfazer psicologias individuais.

A preocupação social, que está associada a um arranjo moral daquilo que é considerado como certo pelo grupo (mesmo que não seja um grupo majoritário, mas somente o mais poderoso), deu lugar à uma Economia que, supostamente, não julgaria o consumo, apenas o descreveria.

Uma diferença fundamental entre a perspectiva que surge dos marginalistas em comparação com a dos clássicos é a importância dada ao processo de trocas no mercado. Para os marginalistas, esse processo “é sempre necessário para a coordenação socioeconômica e ordem”, enquanto no desenvolvimento do modo clássico por Marx “a ordem pode emergir numa pluralidade de quadros institucionais além do mercado de trocas”. Mais detidamente: a importância do mercado para o marginalismo surge em razão do valor resultar das preferências individuais. Somente por meio do mercado é que as preferências se revelam. Por outro lado, os

preços no modelo clássico surgem do processo de produção capitalista, congruente com a divisão de trabalho e com o posicionamento social. Esse processo atribui valores por intermédio de várias instituições (como a hierarquia social e a hierarquia dentro das firmas), não somente por intermédio do mercado (MARTINS, 2015, p.1110, tradução nossa).

Outra transformação que acontece após o aparecimento dos marginalistas é a perda de importância da questão da distribuição de riqueza. A abstração metodológico-individualista e a incorporação da matemática modificaram a forma como a distribuição é enxergada. Antes vista em termos de classes, agora a distribuição (inclusive de trabalho e capital) é explicada pela interação das curvas de oferta e demanda. Os preços (inclusive os salários) são derivados das curvas de custo marginal e utilidade marginal, que não incorporam elementos distributivos (MARTINS, 2015).

Para os clássicos, a questão da distribuição era essencial. Isso fica muito claro nas ideias de Smith, Ricardo e Marx –para citar os principais nomes. A distribuição era dada em termos das classes sociais: os capitalistas, donos das firmas, que enriquecem com o lucro dessas; os arrendadores de terra, que ganham com a renda paga pela locação de suas propriedades; e os trabalhadores, que sobrevivem de salários. A ordem social era da maior importância no trabalho desses autores. A sociedade e a economia eram vistas com base naquilo que se observava no dia a dia: a riqueza, a pobreza, o aristocrata, o artesão. Com o advento do marginalismo, todas as diferenças entre esses indivíduos são ignoradas. Ainda que não absolutamente necessária, essa se torna uma maneira dos marginalistas se distanciarem da Filosofia Moral. Uma questão central para o estudo da moralidade é a preocupação com o modo como um indivíduo age frente às várias situações que podem ser apresentadas a ele. É essencial entender que tipo de valores ele atribui a diferentes grupos da sociedade (sua própria família, pessoas pobres, industriais poderosos, etc.) e como isso afeta as suas escolhas, inclusive as econômicas.

Para os marginalistas, a ciência não deve ter valor. Mais ainda, ela deve ser indiferente às consequências morais daquilo que a teoria gera no mundo real. O positivismo se tornou uma grande influência no método econômico. Preocupações morais, políticas, sociais e históricas devem ser todas desconsideradas. Economia deve ser uma ciência “pura”, segundo Walras, o que significa que deve ser estudada

como uma ciência natural (WALRAS, 2014). Essa defesa da pureza, no entanto, não significa que os marginalistas fossem totalmente apolíticos. Fora da teoria econômica e diretamente no trato das questões políticas, Jevons e Walras poderiam até mesmo, contrariando a lógica, serem caracterizados como advogados do intervencionismo governamental em determinadas situações especiais (MILONAKIS; FINE, 2009).

A nova onda de abstração científica dos marginalistas elevou o *homo economicus* de J.S. Mill ao último patamar e o estudo da classe social na Economia à quase obscuridade. O conceito de Mill de *homo economicus*, especificamente e representativamente, foi formalizado pelos marginalistas nas últimas décadas do século XIX por meio da axiomatização matemática. A axiomatização é um método dedutivo que garante uma verdade lógica derivada exclusivamente de premissas consideradas necessárias. Na Economia, utiliza-se esse método para explicar inclusive as preferências do comportamento humano, numa tentativa de simplificá-las para o uso matemático. Sob, principalmente, os axiomas de completeza (preferências devem ser ranqueadas) e transitividade (se uma alternativa A é preferível a uma alternativa B, e a alternativa B à alternativa C, então A deve ser preferível a C também) o método axiomático se fundamenta (RODRIGUEZ-SICKERT, 2009). A maior desvantagem desse procedimento é que ele se afasta da realidade: uma teoria se torna tão forte quanto o grau de confiabilidade de suas premissas. Na Economia, em particular, essa inconveniência da axiomatização veio a se tornar um ponto forte de crítica dos adversários da Economia neoclássica, que veem as premissas centrais dos modelos neoclássicos como pouco realistas. As simplificações da realidade dos modelos matemáticos aceleram o processo de separação da Economia com a Filosofia Moral. Os julgamentos morais são construtos da realidade plena, impossíveis de serem simplificados sem máculas. Quando a Economia ignora a realidade plena, satisfazendo-se com as simplificações dos jogos matemáticos, ela sinaliza que está ignorando a complexidade do comportamento humano. Em outras palavras, a Economia ignora a maior parte dos estudos das ciências sociais, incluindo aí a Filosofia Moral.

Como já mencionamos, o marginalismo trouxe o mercado de trocas para a dianteira da teoria econômica. Isso criou um vínculo com a Matemática, que passou a ser utilizada para fundamentar o entendimento do valor de troca. Jevons (1888,

p.11, tradução nossa) famosamente escreve que “todos que escrevem sobre economia devem usar a matemática, se pretendem ser minimamente científicos”. O modo como a matemática deveria ser utilizada na Economia, porém, não era unanimemente acordado. Jevons acreditava que o método dedutivo da Economia requereria verificações empíricas, de forma que a estatística deveria ser um instrumento importante para o economista. Para Walras, no entanto, isso não seria necessário: a força das premissas matemáticas seria suficiente (MILONAKIS; FINE, 2009). Menger, por sua vez, nem se preocupava em utilizar matemática.

As mudanças metodológicas sugeridas pelos marginalistas, como vistas até então, foram bem notáveis pela sua desconsideração com a questão moral. A Economia se voltou para uma análise individualista, maximizadora de utilidade e focalizada na análise do equilíbrio num dado momento estático. Faremos uma desconstrução da afirmação anterior para entender melhor o que ela quer dizer.

Em relação à parte do “equilíbrio num dado momento estático”, começaremos com Walras, que propôs uma teoria econômica que levasse em conta um equilíbrio geral da economia. O que isso significa é que por intermédio de um sistema de equações simultâneas toda a economia poderia ser explicada. Esse equilíbrio de Walras implica na existência de um estado estacionário para o qual a economia está sempre tendendo. Segundo a Economia clássica, a ordem viria da distribuição da riqueza na economia e não pressupõe um estado final atraente. A escolha de Walras por um equilíbrio geral tem a ver com o seu comprometimento com a filosofia de Platão acerca do estudo da apreensão da totalidade. A solução de Platão surge pela observação das estruturas persistentes em objetos que estão em constante movimento, como a economia (MARTINS, 2015). De acordo com Martins (2015, p.1119, tradução e grifos nossos), Walras:

(...) Explicitamente declarou que seu método era baseado na filosofia de Platão na qual, segundo Walras, se estuda o universal, ao invés das entidades corpóreas pelas quais o universal se manifesta. Walras observou que uma parte central do seu método era o processo de tentativa e erro do *tâtonnement*, por meio do qual preços são determinados e a ordem é assegurada pela existência de um equilíbrio geral determinado apenas teoricamente (em nível de ideias universais). (...) A noção de ordem que é implícita na análise do equilíbrio pressupõe um estado estacionário final, que é para onde a economia e a sociedade estão permanentemente direcionadas.

O uso do equilíbrio na Economia marginalista, no entanto, não se restringe somente ao equilíbrio geral. Alfred Marshall imaginou o estudo da Economia pelo equilíbrio parcial. O que constitui essa parcialidade é a ideia de observação das alterações infinitesimais de um dado objeto de análise econômica enquanto todos os demais objetos de influência são assumidos constantes. O objeto da análise parcial é o aspecto específico da economia que se procura entender, não a economia toda. A análise de equilíbrio parcial é usada extensivamente até hoje. O estudo da Economia centralizada no equilíbrio, porém, não surgiu com os marginalistas. Economistas como Malthus e Mill, por meio de suas curvas de oferta e demanda, já sugeriam um foco na análise de *snapshot*. Porém, somente com a introdução da marginalidade proporcionada pelo cálculo diferencial dos marginalistas foi que a influência da análise de equilíbrio decolou.

Já em relação à questão “individualista maximizadora de utilidade”, as divergências foram maiores. Walras não era um utilitarista, ao contrário de Jevons, e eles chegaram à consagração da utilidade marginal (*rareté* para Walras) de formas diferentes: Walras o fez matematicamente por intermédio de seu sistema de equações que explicam toda a economia, enquanto Jevons o fez por intermédio da crença no comportamento maximizador do homem no mercado de trocas, inspirando-se no utilitarismo de Bentham, fundador da filosofia utilitarista.

2.2 –Jevons, Bentham e o utilitarismo

Falemos do utilitarismo de Jevons. Apesar de possuir uma origem “benthiana”, o seu utilitarismo diferia em destacados pontos em comparação com o de Bentham. Em primeiro lugar, Jevons tratava o prazer como uma sensação homogênea, ou seja, como se toda forma de prazer fosse equivalente. Os sentimentos se comparariam somente em razão da intensidade e da duração de suas sensações. Mais ainda, Jevons também não entendia possível a existência de comparações interpessoais. Bentham diferia nessas duas últimas considerações, pois ele considerava uma grande variedade de formas de prazer e determinava pesos para cada uma delas. A soma resultante da utilidade considerando todos os pesos poderia então ser comparada tanto intrapessoalmente como interpessoalmente. Ademais, Jevons acreditava que o ser humano possuía um inato

senso moral e deveres a serem cumpridos em vida, ideias que não estão presentes na obra de Bentham (WARKE, 2000).

Bentham havia determinado sete dimensões para a valoração dos sentimentos: certeza, duração, extensão, fecundidade, intensidade, proximidade e pureza. Uma descrição do que significa cada uma dessas dimensões se torna desnecessária na medida que Jevons descarta todas elas, exceto as duas dimensões que já mencionamos: a duração da utilidade e a intensidade da utilidade. O significado delas é o óbvio. A intenção de Jevons em utilizar somente essas duas dimensões é que ele as considerava suficientes para “tratar a utilidade como um item subjetivo e mensurável” (SIGOT, 2002, p.267, tradução nossa). A reflexão que se faz é que o utilitarismo de Jevons tomava como base as ideias de Bentham e fazia uma derivação delas, obtendo como resultado uma teoria mais simples e mais prática para o estudo econômico.

O livro mais importante de Jevons e no qual ele lançou sua teoria é *The Theory of Political Economy*, publicado inédito em 1871. Na seção concluinte de seu primeiro capítulo, Jevons escreveu sobre a relação entre a Economia e a Filosofia Moral (JEVONS, 1888, p.34, tradução nossa):

A teoria que segue é inteiramente baseada em um cálculo de prazer e dor; e o objeto da Economia é maximizar a felicidade pela compra do prazer, por assim dizer, ao menor custo de dor. (...) Eu não tenho nenhuma hesitação em aceitar a teoria utilitarista de morais, que de fato crê no efeito sobre a felicidade da humanidade como o critério do que é certo e errado.

A grande revolução em relação aos economistas utilitaristas anteriores foi que a atenção de Jevons não estava no nível da utilidade, mas no último grau dela, na utilidade marginal.

O objetivo central da teoria econômica de Jevons era a busca dentro do plano econômico pela maior utilidade possível para o maior número de pessoas. Esse hedonismo utilitarista de Jevons possuía uma grande proximidade com seu método matemático. A partir dele, Jevons simplificou a teoria de Bentham para termos mais práticos. Sigot (2002, p. 266, tradução nossa) sumariza a relação da Economia de Jevons com a Filosofia Moral:

Fica claro que Jevons tentou estabelecer que sua teoria pura não era inconsistente com os debates morais de seu tempo: ele alcançou isso ao separar a Economia pura dos estudos morais e afirmando que o primeiro tinha que estar baseado em fundações morais razoáveis.

A separação com a moral era explicada pela ideia de que não eram todas as motivações humanas que eram tratadas pela Economia, mas “o rol mais baixo dos sentimentos” (JEVONS, 1888, p.35, tradução nossa), aquele que se preocupa com a acumulação de riquezas.

A análise econômica agora fica restrita ao mercado. O grande interesse surge nos preços. Pessoas são todas iguais no mercado como agentes de troca. Comparações interpessoais são possíveis nessa situação, pois o benefício da troca se estende a todas as partes interessadas. Jevons via a harmonia social como o estado natural do capitalismo. Para ele, “o comportamento de maximização racional e calculista era o único elemento da ação humana a ser estudado em Economia” (HUNT, 2005, p. 240).

2.3 –Walras e Menger

Como já vimos que para Jevons “todo economista deve ser matemático”, fica claro que para ele a Economia *necessita* da matemática. A Astronomia era o seu grande modelo de ciência. Jevons acreditava no monismo metodológico, ou seja, que a metodologia entre todas as ciências deveria ser única. Como consequência desse *approach* das ciências naturais, a Economia de Jevons deveria ser neutra, muito embora Jevons fosse um utilitarista que explicava a economia com base em sensações. León Walras era bastante parecido com Jevons (com a notável exceção de que não era utilitarista). Para Walras, a introdução da matemática na Economia torna a ciência finalmente exata e mais parecida com a física mecânica. Uma consequência disso é que a Economia não deve ser moral, uma vez que se espelha no método das ciências naturais; as ciências naturais da época, sob a influência do positivismo, dependem de observações empíricas para chegar a conclusões e excluem considerações metafísicas (DRAKOPOULOS, 1997).

Como já vimos, Walras faz uso de equações centrais para alcançar um equilíbrio econômico geral. Ele acreditava num processo de *tâtonnement*, um

processo de tentativa e erro, de “tateamento”, em que o mercado atingia sempre o equilíbrio sem grandes custos humanos. Os fatores institucionais eram especialmente importantes na sua teoria. Nota-se pela sua crença de baixos custos humanos no funcionamento do mercado que em Walras havia a “aceitação das leis existentes da propriedade e de sua distribuição como moralmente corretas e justas” (HUNT, 2005, p. 254) e uma certa desconsideração pelo estudo das crises econômicas, como visto no *Éléments d'économie politique pure*, lançado por Walras na França em 1874 e em que o processo de *tâtonnement* é explicado. Walras também fazia a suposição de concorrência perfeita no mercado de trocas ao supor todas as firmas como pequenas, sem capacidade de influenciar o preço de um mercado.

Dos três marginalistas, o único que não abusava da matemática era Carl Menger, pai do que viria a se tornar a Escola Austríaca. O seu livro de maior importância para a revolução marginalista foi o *Principles of Economics*, lançado em 1871 na Áustria. Como já mencionado, Menger, ao contrário de Jevons e Walras, não fazia uso de equações matemáticas na sua teoria: ela era explicada somente por intermédio do argumento retórico e do uso de diagramas numéricos simples.

Social-politicamente, Menger defendia a ideia de propriedade privada. Ele também era um conservador das instituições sociais da sua época. Um exemplo dessa predileção moral se faz presente a seguir (MENGER, 1963 apud HUNT, 2005, p.250, grifo nosso):

Uma das indagações mais estranhas e que se transformou em debate científico foi decidir se a renda da terra e o lucro são justificados de um ponto de vista ético ou se são “imorais”... Onde quer que os serviços da terra e do capital tenham um preço, esse preço será sempre uma consequência do seu valor, e seu valor para os homens não resulta de julgamentos arbitrários, mas é uma consequência necessária de sua natureza econômica. Os preços desses bens (os serviços da terra e do capital) são, portanto, o produto necessário da situação econômica em que eles surgem, e serão obtidos mais seguramente quanto mais desenvolvido for o sistema jurídico de um povo e *quanto mais elevada for a moral pública*.

Hunt (2005), com seu viés marxista, crê que Menger teorizava a economia como uma base científica para justificar a manutenção das instituições, inclusive

morais, de sua época. Essa é uma proposição que, em nível psicológico, não deve ser imediatamente contestada. A citação feita logo acima nos oferece o porquê.

No *Methodenstreit*, termo alemão para o embate metodológico entre a escola austríaca e a escola histórica alemã no fim do século XIX, Menger expôs o que pode ser resumido como suas duas grandes afirmativas metodológicas. Primeiramente, que ética e valores não deveriam fazer parte de uma ciência pura. A razão inequívoca disso é que a valoração influenciaria o que deveria ser uma ciência de descrições neutras. Para uma ciência como a Economia, aspirante à pureza científica, nada de (explícitas) inclinações morais. Hunt, porém, crê que a defesa de Menger da propriedade privada e da manutenção das características da distribuição de renda da época violavam a suposta neutralidade de uma ciência pura. A segunda grande afirmação de Menger é que o estudo econômico deveria ser analisado numa perspectiva individualista para firmas e famílias, preterindo o estudo em nível social (HUNT, 2005). Como os demais marginalistas, Menger enxergava a Economia a partir do indivíduo. Para ele, as atividades econômicas surgiriam do subjetivismo humano. A partir das atividades individuais, as instituições e todos os objetos “macro” nascem e se modificam. A repercussão dessa decisão metodológica dos marginalistas afetou não somente a Economia, como também as outras ciências sociais (Sociologia, Antropologia, História, etc.) decolaram nos séculos XIX e XX em parte pela desintegração das questões morais e sociais na Economia Política (MILONAKIS; FINE, 2009).

Um padrão que se nota até então é como os marginalistas de fato possuíam posições morais em seus escritos, embora advogassem o contrário. Hunt (2005) corrobora essa percepção ao constatar que Walras, na sua defesa ideológica do capitalismo, não é tão neutro como acreditava ser ou como acreditava que um economista deveria ser. Os julgamentos morais em Walras, como em Jevons e Menger também, eram implícitos. A neutralidade supostamente imaculada dos marginalistas não existia, mas se evidenciava nas suas opiniões (obviamente parciais e morais) daquilo que é correto para a conservação de seus ideais de sociedade e ser humano. Afinal, é raro para o estudioso das Ciências Humanas não ser obrigado a tomar partido em certas decisões metodológicas, que muitas vezes podem se fundamentar em posições ideológicas (conscientes ou não). O quanto o

economista está disposto a admitir esse problema, a fim de lidar honestamente com ele, ainda é um ponto de contenda.

2.4 – Marshall e o fim de século

Após a ideia de utilidade marginal lançada por Jevons, Walras e Menger ter se consolidado, muitos economistas deram seguimento às suas ideias, como Marshall na Inglaterra e Pareto na Itália. Alfred Marshall é um dos economistas mais influentes na história do pensamento econômico. O ponto incipiente dessa influência se dá a partir do seu livro lançado em 1890, *Principles of Economics*. Milonakis e Fine (2009, p.122, tradução nossa) judiciosamente afirmam:

Lenta, mas seguramente (...), [os *Principles* de Marshall] se tornaram a bíblia da Economia e o mais importante marco no estabelecimento e consolidação do marginalismo. Tal foi a influência que o que sobreviveu do Trabalho dos primeiros marginalistas foi aquilo que encontrou um lugar no *Principles*.

Em *Principles of Economics*, Marshall descreveu que seria para ele os dois mais fortes impulsos humanos: o religioso e o econômico. Falaremos aqui somente do impulso econômico, em razão de que, para Marshall, o impulso religioso deveria ser desconsiderado no estudo econômico. A influência de Marshall sobre a decadente relação religião-Economia foi grande, embora a responsabilidade do distanciamento da religião da Economia não seja só dele, como já vimos no capítulo anterior. Essa influência deu resultados, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial já não se considerava mais que as ideias religiosas pudessem impactar o estudada teoria econômica (BATEMAN, 2011).

Uma das grandes lutas de Marshall foi para que a Economia se tornasse uma ciência independente das demais ciências sociais. O *front* dessa batalha se deu na Universidade de Cambridge, onde Marshall era professor. O interesse dele era a separação da Economia do *Tripas*³ das Ciências Morais e História. Em 1903, Marshall alcançou esse objetivo (ALVEY, 2000). Muitos economistas de Cambridge, como o

³ Prova da Universidade de Cambridge, de caráter classificatório, para a obtenção de um diploma numa determinada área de estudos.

próprio Marshall e também John Neville Keynes, responderam às críticas de que a Economia seria uma ciência social individualista e egoísta (críticas surgidas em parte pela Universidade de Oxford) na afirmação de que a Economia deveria se separar da Filosofia Moral, uma vez que viam essas críticas como deslocadas das preocupações da Economia (WHITE, 1996). Marshall deu suporte à intenção de Jevons de substituir o nome de “Economia Política” para uma magra “Economia”, de modo que seu livro mais relevante a nós se chama *Principles of Economics*, excluindo o defasado *Political*. Marshall sabia que a especialização da Economia tinha um *trade off* com a aplicabilidade da ciência – e que ele não era fácil de resolver – mas acreditava que a suposta precisão de sua teoria central seria uma base promissora para o estudo econômico futuro. Ou seja, tudo aquilo que viria a ser extraído e evoluído da teoria-base (MILONAKIS; FINE, 2009).

Marshall, em concordância com os marginalistas da “primeira geração”, acreditava que a Economia era similar às ciências naturais. Sumarizando a caracterização de Marshall em proximidade à dos primeiros marginalistas, sabemos que “a posição formal de Marshall (...) era que a Economia estava preocupada com fatos e não [com] valores, ou políticas”(ALVEY, 2000, p. 1244, tradução nossa).

Já estando mencionadas as congruências entre Marshall e seus predecessores, notaremos agora o que tornava Marshall um ser diferente deles. Marshall era notadamente mais flexível do que a geração anterior de marginalistas (HUNT, 2005, p.274-287):

Marshall foi o fundador daquele grupo dentro da tradição econômica neoclássica do século XX, que combina sua defesa do capitalismo *laissez-faire* com uma grande flexibilidade, que admite pequenas reformas, visando ao funcionamento menos severo do sistema econômico.

Para Hunt (2005), parte dessa flexibilidade surge no uso mais discriminado da matemática por Marshall em comparação com outros marginalistas e na incorporação da teoria evolucionária de Darwin em alguns pontos de sua teoria. Marshall também advoga o uso tanto do método indutivo como do método dedutivo, um formato mais equânime do que aquele advogado por Menger no *Methodenstreit* (MILONAKIS; FINE, 2009).

Marshall fazia uso do utilitarismo como base de sua teoria, ainda que não explicitamente. O utilitarismo de Marshall era bem diferente daquele de “prazeres e dores” de Jevons e, conquanto moderno, Warke (2000, p.26, tradução nossa) argumenta que ele era baseado na fé de Marshall na existência do equilíbrio nos processos econômicos:

O conceito de utilidade para Alfred Marshall era reconhecidamente moderno, no sentido de que a utilidade marginal de qualquer mercadoria pode ser medida pela taxa exata na qual um agente está disposto a trocá-la por qualquer outra mercadoria. Marshall, porém, não deduziu essa conclusão da crença moderna de que os agentes operam com preferências completas e transitivas. Em vez disso, e bastante diferente de Jevons, Marshall tomou como dado que os agentes em observação estão *sempre* num estado de equilíbrio do consumidor, e que esse equilíbrio *necessariamente* representa incentivos de ação equilibrados.

O utilitarismo em Marshall também diferiu do de Jevons (e do de Bentham) uma vez que as preferências dos agentes “marshallianos” ou eram estritamente determinadas ou eram indiferentes. Para seus predecessores, as alternativas eram dadas de forma contínua: partindo de uma preferência fraca por uma alternativa até o extremo de uma preferência estrita por uma alternativa – sem desconsiderar a possibilidade de indiferença. Marshall logo notou que, matematicamente, essa situação contínua é mais difícil de ser aplicada (WARKE, 2000).

Ao contrário de seus predecessores marginalistas, Marshall conseguiu associar sua teoria da utilidade com a sua teoria da demanda. A solução é que a curva de demanda de uma mercadoria surge da soma da curva de utilidade de todos os indivíduos num dado momento. Fica claro que Marshall conseguiu tirar um grande proveito do cálculo diferencial nas inovações teóricas que trouxe. Marshall, afinal, era um matemático competente, embora possuísse dúvidas quanto à extensão da presença matemática na Economia. Marshall (1925, p.427, tradução nossa) escreve sobre os passos de seu método:

(1) Use a matemática como uma linguagem de auxílio, não como um motor de pesquisa. (2) Faça o uso necessário da matemática. (3) Traduza para o inglês. (4) Ilustre com exemplos importantes para a vida real. (5) Apague a matemática. (6) Se não puder fazer o 4, apague o 3. Esse último eu fiz muito.

Marshall, nesse ponto, regride àquilo que acreditavam os clássicos. Alvey (2000, p. 1243-1244, tradução nossa) declara que “Marshall segue Mill tanto na noção formal e estreita do reino econômico, como também no escopo limitado da matemática na disciplina”. Alvey também afirma que, para Marshall, a Economia era uma ciência matemática e moral, ainda que “nas mãos dos seguidores de Marshall, os diagramas e a matemática logo subiram das notas de rodapé para o corpo do texto” e os temas de caráter normativo dos *Principles* tenham desaparecido.

Marshall também teve maior preocupação em retratar a realidade e apresentar análises históricas do que os primeiros marginalistas. As primeiras edições de seus *Principles* traziam, inclusive, capítulos que tratavam da história econômica. Mais tarde, porém, Marshall eliminou esses capítulos e passou a enfatizar uma maior separação entre a Economia e outras áreas do conhecimento, como a História (MILONAKIS; FINE, 2009). Milonakis e Fine (2009) indicam que essas pequenas concessões que Marshall fez à tradição econômica clássica, exemplos de sua supracitada flexibilidade, foram fundamentais para a influência que sua teoria teve entre os economistas da época.

Ainda havia grupos influentes no período final do século XIX que advogavam que a Economia não poderia ser dissociada dos estudos morais. Essa realidade se exemplifica por meio da rivalidade iniciada na última década do século XIX entre duas revistas econômicas acadêmicas do Reino Unido: a *The Economic Review*, de Oxford, e a *Economic Journal*, da *British Economic Association* (BEA). A revista de Oxford foi criada por advogados da moral cristã, vista como solução para os problemas econômicos, enquanto a publicação da BEA tinha preocupações menos morais, ainda que a divisão metodológica entre as duas revistas não seja estritamente binária (COATS, 1996).

Um outro exemplo da fluidez da metodologia econômica da época pode ser vista na publicação dos livros seminais de Alfred Marshall, *Principles of Economics*, e de John Neville Keynes, *Scope and Method of Political Economy* (COATS, 1996, p.86, tradução nossa): “Marshall não demorou a incorporar observações morais no seu trabalho, e ele rejeitou (...) a divisão tripartite proposta por John Neville Keynes” que sugeria a separação da Economia em teoria econômica, economia política aplicada e o estudo das considerações éticas para a determinação de políticas públicas.

Tanto Marshall como Neville Keynes, no entanto, criticaram o hedonismo psicológico de Jevons. Como já vimos, Jevons dizia que a Economia deveria aceitar certas considerações morais básicas. A Economia, porém, só deveria considerar os motivos mais “baixos” do caráter humano, motivos esses relacionados com a acumulação de riqueza. A sugestão de políticas por parte dos economistas só poderia surgir quando essas políticas fossem relacionadas à área de atuação do economista: o estudo da acumulação de riqueza. Quando houvesse conflitos de interesse, o que importaria seria o maior ganho possível para a maior parte das pessoas (WHITE, 1996). Como, para Keynes, a Economia deveria ser positiva, “as referências explícitas de Jevons para a Economia Política considerando o ‘certo’ e ‘errado’ e o ‘bom’ e o ‘mau’ da conduta humana (...) estavam [para ser] presumidamente excluídas” (WHITE, 1996, p.105, tradução nossa).

Embora Marshall tenha apresentado certas considerações éticas em seus textos e tenha recusado a divisão tripartite de Keynes sobre o que deveria ser Economia, Marshall também recusou a infusão de qualquer sistema filosófico particular na sua teoria (o seu utilitarismo era de caráter prático, não de caráter ontológico). O que Marshall aproveitava na sua teoria de suas considerações éticas pessoais era a visão de um mundo em que o ser humano está, ainda que de forma lenta, sempre evoluindo em direção a uma sociedade com menos miséria e ignorância. Dessa maneira, ele enxergava que certas reformas deveriam ser consideradas para o tratamento desses problemas. Marshall acreditava que os economistas no passado haviam sido muito desinteressados em considerar a situação das classes mais pobres (COATS, 1996; WHITE, 1996).

Milonakis e Fine (2009) e Hunt (2005), no entanto, notam as claras contradições no posicionamento teórico de Marshall. Milonakis e Fine estranham a flexibilidade geral de Marshall e a sua adesão aos princípios marginalistas, enquanto Hunt (2005, p.285) afirma que, como Mill, Marshall acabou “incorporando em seu sistema intelectual certos princípios de filosofia moral e social bastante incompatíveis com seu utilitarismo”, o que demonstrava uma certa confusão moral de sua parte. Para Hunt, um exemplo dessa confusão moral surge na crença de Marshall segundo a qual o capitalismo, inicialmente, havia sido desumano com a classe dos operários. Esse comportamento do capitalismo, segundo Marshall, teria se dissipado com o tempo. Para ele, os capitalistas gradualmente passaram a se

comportar de forma mais “cavalheiresca” e a tratar o pobre com mais dignidade. Se as melhorias sociais demoravam para serem vistas, bem, Marshall acreditava que seria necessário ter paciência e compreender que a natureza humana ainda estava em progresso (HUNT, 2005). As ideias de Marshall, afinal, não podem resolver a questão distributiva. Na sua teoria, todas as formas de renda são determinadas pelo mesmo processo de determinação de preço, o equilíbrio entre oferta e demanda. A conclusão que chegamos é que, embora Marshall se permitisse alguma flexibilidade, ele permaneceu preso aos ideais utilitaristas e, como a primeira geração de marginalistas, apresentou seus julgamentos morais na maneira como resolveu descrever a economia e em que aspectos dela resolveu dar importância.

2.5 –O critério de Pareto

Outro importante economista da segunda leva dos marginalistas foi o italiano Vilfredo Pareto. Sua obra de maior importância foi *Manual of Political Economy*, lançado em 1906. Com essa obra e com o resto de sua bibliografia, Pareto se tornou figura central na Economia neoclássica. Sua teoria era individualista e levava em conta a racionalidade do *homo economicus*, em concordância com os economistas marginalistas. A teoria de Pareto, no entanto, possuía um diferencial: o que viria a ser chamado de “critério de Pareto”. Esse critério estabelece que a melhor situação social é aquela em que não é possível melhorar a situação de ninguém sem piorar a de pelo menos um outro alguém. Com a crescente difusão desse critério, o utilitarismo foi sendo crescentemente rechaçado. Pareto argumentou que as preferências dos agentes econômicos poderiam ser descritas por utilidades ordinais, em oposição às então prevalentes utilidades cardinais. Ou seja, não seria necessário atribuir pesos às alternativas de preferência econômica; somente um ranqueamento dessas alternativas se faria necessário. O critério utilitarista de Jevons, o da maior utilidade possível para o maior número de pessoas, desfaz-se. O critério de Pareto, na via contrária, veio se tornar essencial na Economia neoclássica de Bem-Estar Social. Duas grandes críticas costumam ser feitas ao critério de Pareto: a primeira leva em consideração o irrealismo e o “caráter consensual conservador da teoria”, como Hunt (2005, p.368) coloca, complementando que “todas as situações de conflitos são deixadas de lado (...) em um mundo de

conflitos”; a segunda, decorrente da primeira, é que o critério de Pareto muitas vezes falha em oferecer soluções equânimes, já que esse critério não se preocupa com questões distributivas (SEN, 1998).

2.6 –Veblen como representante do institucionalismo americano

Enquanto o marginalismo ia dominando o pensamento econômico europeu, nos Estados Unidos a primazia teórica era outra: do grupo dos institucionalistas. Eles explicam a economia por meio da influência histórica das instituições presentes em nosso mundo. Os institucionalistas tiveram uma grande influência nos Estados Unidos, especialmente na primeira metade do século XX.

Eles eram diferenciados dos demais economistas pelo desejo de reformas socioeconômicas e pela descrição aparentemente imparcial das atividades humanas. Seu desejo de reformas consistia majoritariamente de questões acordadas como problemas pelo grande público e pelos acadêmicos. Isso fazia com que seus dois diferenciais (reformismo e imparcialidade) não se conflitassem (MAYHEW, 2009). Mayhew (2009, p. 277, tradução nossa) oferece outra explicação para essa aparente contradição na ideia de que as reformas temporárias eram bem-aceitas na sociedade estadunidense:

(...)As prevalentes ideias da época, pragmáticas e progressivas, tratavam a reforma como uma solução provisória para problemas específicos de um momento e local; pertencentes a um grande contexto de um sistema ético contínuo e reiteradamente definido.

Pode ser dito que Thorstein Veblen foi cofundador da Economia institucional junto com John Rogers Commons, uma vez que os dois foram os mais influentes institucionalistas (WALLER, 2009). Veblen, porém, foi o primeiro deles, além de ser o mais influente dos dois. Por essas razões, tomaremos Veblen como representante do movimento institucionalista a fim de esclarecermos o que foi o institucionalismo americano e quais das suas características são pertencentes ao nosso interesse.

Influenciado por Charles Pierce na Universidade Johns Hopkins, Veblen logo se revelou um pragmático; ele acreditava que o ser humano seria capaz de manipular o mundo ao seu favor. A partir dessa crença, já se pode antever um dos

aspectos mais importantes da teoria de Veblen: o dualismo do ser humano em querer descobrir coisas novas e, em aparente concorrência, em querer preservar seus modos antigos. Mais tarde, no seu doutorado em Yale, Veblen começou a se interessar pela análise cultural. Para ele, o ser humano só conseguiria compreender o mundo pelas lentes do seu contexto cultural. Essa forma de compreensão influenciaria a opinião e a ação humana acerca do que quer que seja (MAYHEW, 2009).

A importância dada ao estudo histórico na Economia é muito maior no institucionalismo americano do que no marginalismo europeu. Hunt (2005, p. 305) argumenta que o ser humano visto por Veblen se situa entre o ser ahistórico dos marginalistas e o ser completamente maleável de outros teóricos mais radicais. O ser humano de Veblen tinha “certas características, motivos, propensões e potencialidades comuns geneticamente herdadas, independente da cultura ou da época histórica em que vivesse”. O ser humano era dotado dos mais diversos instintos; alguns positivos, outros negativos. As diferenças não paravam aí. A Economia de Veblen necessitava de interações interdisciplinares com outras ciências sociais. O foco dela era na sociedade, não no indivíduo. Se há algum foco no indivíduo, é no seu papel somente como ser social, ignorando aquela noção do homem racional maximizador de utilidade da teoria marginalista. Pode-se dizer que esse *approach* social “pede” pelas interações interdisciplinares. Veblen era metodologicamente eclético, como Marshall (e diferentemente dos primeiros marginalistas); a economia de Veblen era encarada como algo dinâmico. A teoria evolucionista de Darwin, que vinha influenciando toda a ciência humana da época (mas não a Economia), é a inspiração para a sugestão de que o estudo econômico é o estudo da evolução das instituições econômicas e da motivação econômica do ser humano.

As ideias econômicas de Veblen acerca da distribuição são compatíveis com uma concepção de posicionamento social. Para Veblen, o excedente da produção é obtido por meio do acúmulo do conhecimento coletivo (como o capital), o que dispensa a teoria marginalista, visto que essa não considera a produção como um processo social. Não se pode distinguir a contribuição de cada participante do processo, de forma que “a distribuição do excedente surge na medida que indivíduos tentam se apropriar de uma parcela grande o suficiente do excedente, de forma a

permitir o posicionamento social na classe ociosa por meio do consumo conspícuo” (MARTINS, 2015, p. 1120-1121, tradução nossa). O excedente na sociedade capitalista fica com a “classe ociosa” de forma “legítima” em razão dos processos históricos e das evoluções institucionais que levaram à existência dessa situação.

Pode-se pensar, a partir de tudo o que vimos até então, que Veblen era um discípulo de Marx. Não era. Apesar de Veblen ter celebrenemente proposto que as classes sociais mais baixas possuíssem a vontade de imitar o comportamento das classes mais altas (o que veremos mais adiante nesta seção), o comportamento humano na sua teoria, ao contrário de como é visto por Marx, não é explicado mormente pelas classes sociais (MILONAKIS; FINE, 2009). A teoria de Veblen, acima de tudo, é fundamentada nas instituições. Para ele, essas são “predominantes hábitos de pensamento com respeito a relações e funções particulares do indivíduo e da comunidade”(VEBLEN, 2007, p. 126, tradução nossa). *The Theory of the LeisureClass*, o *magnum opus* de Veblen lançado em 1899, faz uso desse fundamento para poder apresentar uma teoria do consumo humano que se origina no impulso da emulação pecuniária. O consumo é positivamente relacionado com o nível de renda. O nível de consumo é determinado por aquilo que se espera de uma classe social. A classe mais alta ostenta luxo e consome em desproporção com a sua quantidade de trabalho produtivo. A inovação tecnológica, ao popularizar o consumo de determinados bens, gera um ciclo em que os bens que se tornam mais comuns perdem status, o que força o consumo pela classe alta de produtos cada vez mais exclusivos (WALLER, 2009).

The Theory of the LeisureClass é um estudo do consumo, do desperdício, do exibicionismo, do hedonismo, da injustiça e da busca pela manutenção do *status quo*. A obra é claramente moral e crítica das classes mais altas. Os ricos são vistos como conservadores, de instintos predatórios. Eles temem os instintos construtivos, que poderiam levar a uma subversão no ordenamento social (HUNT, 2005). No livro, Veblen fala sobre a cultura do consumismo, que atingia todas as classes. A partir da observação dessa cultura, uma clara instituição social, Veblen explica o posicionamento social, a manutenção dos valores sociais e a eterna insatisfação humana. Nas palavras de Hunt (2005, p.325):

(...) [A insatisfação crônica] parecia irremediável, porque a reação dos trabalhadores à miséria agravava e perpetuava essa miséria, e eles passavam a achar que seriam felizes se adquirissem mais e consumissem mais. Desse modo, os trabalhadores se endividavam, dependiam cada vez mais de melhorar a posição no emprego, de modo a assegurar mais renda, e acabavam se convencendo de que a única possibilidade de superar sua insatisfação crônica era agradar aos patrões e nunca fazer ou dizer qualquer coisa que causasse problemas ou evidenciasse ideias radicais.

A obra toda de Veblen surge da noção de que a economia se desenvolve por conta da evolução das instituições, condicionadas aos instintos humanos (WALLER, 2009, p. 564, tradução nossa):

Veblen desenvolveu uma teoria de comportamento humano na qual os instintos biológicos proveem a força motivadora do comportamento e cultura, por sua vez moldando instituições que dão forma ao comportamento real dos indivíduos.

A teoria de instintos de Veblen elencava inclinações como curiosidade, proteção da cria, instinto de trabalho e instintos de predação. Veblen, porém, não acreditava que os instintos constituíssem a moralidade de um povo (WALLER, 2009, p. 567):

Veblen argumentou que esses [os instintos] evoluíram para motivar o comportamento. Comportamento motivado pelos instintos é, então, de alguma forma, natural. Mas uma vez que os instintos são meramente motivações que se manifestam em comportamentos moldados pela cultura, eles não se justificam como éticos pelo resultado de serem motivados biologicamente.

Ademais, para Veblen, os instintos antagônicos do ser humano determinavam a questão da propriedade (HUNT, 2005, p.311):

Todo progresso humano tinha sido alcançado por intermédio de avanços na produção social. Tais avanços resultavam do “instinto de construção” e da “curiosidade ociosa”. A propriedade privada resultava do “instinto predatório” e se opunha ao “instinto construtivo”.

A oposição entre esses instintos antagônicos também determinava muitas outras coisas; entre elas, a posição social da mulher na sociedade, mantendo-a

numa posição de propriedade do homem. A solução para uma maior igualdade seria a sobreposição do “instinto de construção” ao “instinto predatório” – um instinto positivo sobre um negativo (HUNT, 2005).

Veblen via a produção industrial do seu tempo como comandada pelas máquinas e o instinto de criação e trabalho do ser humano, que se observava plenamente nos trabalhadores manuais pré-capitalistas, cada vez mais rarefeito. Existe aí a dicotomia entre o processo industrial, desenvolvedor das tecnologias advindas do instinto de trabalho e que são fundamentais para a evolução da sociedade, e as companhias de negócios nas quais os capitalistas agempelo instinto predatório na busca de um maior lucro possível, mesmo que isso possa ser prejudicial socialmente(MILONAKIS; FINE, 2009). Como Milonakis e Fine (2009, p. 168, tradução nossa) colocam, “a relação entre essas duas instituições não é uma de coexistência pacífica, mas uma de contínuo conflito, conduzindo à evolução do sistema comercial moderno”.

Veblen era favorável ao indivíduo que contribuía à comunidade em detrimento do sujeito egoísta. Essa preferência pessoal certamente influenciou nas suas críticas à Economia marginalista. Sumamente, o posicionamento de Veblen em relação ao comportamento ideal do homem é de que(WALLER, 2009, p.568, tradução nossa):

(...) Comportamento direcionado a favorecer a sobrevivência e o provisionamento da comunidade, aumentando a porção do cidadão médio, é bom. Mau comportamento é aquele que leva a desperdícios, a discriminações, a benefícios para poucos a custo de muitos, ou a esforços sistemáticos para frustrar o potencial humano.

Veblen criticava os capitalistas por serem omissos socialmente. O capitalismo, dessa maneira, poderia ser visto como institucionalmente falho, uma vez que a moralidade social é uma instituição por conta própria. Veblen enxergava a política como um meio cujas as classes mais abastadas, ligadas às grandes firmas, institucionalmente firmavam sua posição, protegendo seus interesses sobre os dos demais. A busca por lucro, durante as décadas adjacentes à virada do século XIX para o XX, também se estendeu à exploração territorial extracontinental. Veblen apresentava os proprietários ausentes (desbravadores altivos em terras muito distantes) como figuras que, na visão de casa, eram consideradas essenciais. Por conta disso, teria surgido um sentimento de patriotismo da população em relação a

esses proprietários do qual Veblen era crítico: “Por uma curiosa distorção da emoção patriótica, os cidadãos leais conseguem acreditar que estes ganhos extraterritoriais dos homens de negócios de seu país, de alguma forma, beneficiarão a comunidade em geral” (VEBLEN, 1964, p.35, citado em HUNT, 2005).

Em *Christian Morals and the Competitive System*, de 1910, Veblen comparou os princípios morais do cristianismo com o de um mercado de trocas com bases históricas, um que sugere a transformação das instituições ao longo do tempo. A moral, em ambos os casos, surge da cultura, das instituições e contexto histórico-social de um determinado local. A moral, então, é de caráter transitório. A moral do mercado, especificamente, é associada ao egoísmo que surge dos princípios de direitos naturais e da liberdade natural (WALLER, 2009).

2.7 - Amostra do pensamento econômico independente

À parte das grandes correntes teóricas, existiram economistas com considerações econômico-morais relativamente independentes. Na tentativa de representá-los, escolhemos compendiar o estudo de Backhouse (2008). O artigo de Backhouse apresenta três economistas que nas primeiras três décadas do século XX tomaram o caminho oposto da Economia marginalista e ofereceram ideias que associavam bem-estar econômico com uma forte identidade moral. O primeiro deles foi Richard Henry “R. H.” Tawney. Tawney advogava uma maior consideração de assuntos sociais na Economia, o que requereria o distanciamento das ideias individualistas do utilitarismo e do hedonismo. A moralidade sugerida para a sociedade era uma de caráter cristão em que se mediria a importância dos bens e das atividades econômicas por sua contribuição social. Um critério de igualdade entre os indivíduos deveria ser considerado pela Economia, de modo que as atividades que beneficiassem somente a uma classe abastada e que pudessem ser consideradas supérfluas fossem rejeitadas sob esse critério de igualdade. O consumo é visto como um meio para o bem-estar social, não como um fim. Dessa forma, Tawney rejeita a ideia de que a Economia seria o estudo da acumulação de riqueza, opondo-se à definição clássica da disciplina.

O segundo foi John A. Hobson. Ele encarava a economia com um olhar mais humanista e, como Tawney, com um fundo social. Não era religioso, mas, como

Backhouse (2008, p. 226, tradução nossa) argumenta, sua “perspectiva era essencialmente religiosa, não obstante sua rejeição do Cristianismo e da crença em Deus”. Isso porque os ideais cristãos de moralidade ainda seriam valorosos para sociedade como um todo, mesmo que os outros aspectos menos relevantes à moral pública (como os rituais sagrados) não fossem tão importantes. Também como Tawney, era crítico do consumo supérfluo dos ricos. Hobson, compreensivelmente, compartilhava das ideias de Veblen lançadas na *Theory of the Leisure Class*, um texto que aprovava com gosto.

O último dos três foi Henry Clay. Clay buscou diferenciar a riqueza econômica (*wealth*) do bem-estar econômico (*Welfare*), pois acreditava que o bem-estar econômico era essencial para o estudo econômico, já que esse seria o grande objetivo da disciplina. Clay notava que os economistas de sua época davam pouca atenção a esse assunto em razão de sua subjetividade ética. Clay também acreditava que a relação entre riqueza e bem-estar não seria necessariamente próxima, uma vez que o bem-estar, ao contrário da riqueza, não poderia ser quantificado. O bem-estar também se valia de causas “interiores”, que se opõem às causas “exteriores”, estas relativas ao consumo de bens e serviços. Como Backhouse (2008, p. 230-231, tradução nossa) expõe: “o argumento mais interessante de Clay é possivelmente o argumento de que a organização econômica não independe dos padrões morais, mas reage a eles”. Com isso, Clay sugeria que a sociedade de sua época poderia ser vista como uma que valorizava o poder da riqueza e que “fortalecia as tendências materialistas ao custo das tendências idealísticas”.

2.8 –Lionel Robbins e a definição “definitiva”

No início da década de 30, em seu livro *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, o economista inglês Lionel Robbins propôs uma definição de Economia que viria ser aceita pela maioria dos demais economistas nas décadas seguintes, incluindo os da atualidade: “Economia

é a ciência que estuda o comportamento humano visto como uma relação entre fins e meios escassos com usos alternativos” (ROBBINS, 1932, p.15, tradução nossa)⁴.

É possível creditar a fraca relação entre a Economia e os assuntos éticos nos dias de hoje à aceitação da definição de Robbins, que exclui todos esses assuntos éticos da discussão econômica, pela grande parte dos economistas dos últimos 80 anos. O primeiro efeito da definição de Robbins foi excluir da Economia a análise de utilidade em cálculos cardinais, que esteve presente na Economia dos primeiros marginalistas com sua “bagagem” hedonista. O resultado dessa exclusão é uma Economia mais voltada ao positivismo e à abstração científico-matemática (GROENEWEGEN, 1996). Robbins, de fato, critica os primeiros marginalistas por utilizarem de elementos psicológicos em seus trabalhos (DRAKOPOULOS, 1997; ROBBINS, 1932).

Nas palavras de Backhouse e Medema (2009, p.805, tradução nossa), a definição de Robbins:

(...) Estabeleceu uma base que pode ser vista como justificativa não somente do estreitamento da teoria econômica à teoria de maximização com restrições (...), mas também do ‘imperialismo’ decorrente das aventuras dos economistas nas demais ciências sociais.

A grande novidade na definição de Robbins foi o posicionamento da Economia como um aspecto do comportamento humano, um que precisa tomar decisões entre diferentes possibilidades numa situação de escassez. Essa definição poderia muito bem acomodar a presença direta da moralidade não fosse o pressuposto positivista subentendido de que a Economia somente apresenta (sem opinar) possibilidades, os *meios escassos com usos alternativos*, e seus prováveis resultados, os *fins*.

A definição de Robbins não foi “socialmente” aceita sem alguma resistência, no entanto. Certas críticas negativas foram feitas a ela, sobretudo nos anos seguintes ao lançamento do *Essay* de Robbins. As críticas vinham de diversas formas e geralmente surgiam como defesas de outras proposições anteriores da

⁴Devido à importância histórica e à relevância da definição de Robbins para este trabalho, resolvemos transcrever o original em inglês aqui nesta nota de rodapé para que uma possível falha de tradução não comprometa uma leitura precisa da definição original: "*Economics is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses*".

definição da Economia; sejam aquelas relativas à escola neoclássica, ao institucionalismo ou ao marxismo. Várias questões metodológicas estavam sendo discutidas quando a definição de Robbins foi lançada. A definição, então, se tornou ponto de embate em muitas das discussões – como nas questões do papel do empirismo na Economia e do “modo de fazer” da teoria econômica. Houve, em especial, um grande número de condenações à proposta de Robbins de exclusão da preocupação moral na Economia⁵. As discussões continuariam fortes por mais duas décadas, mas já no início da década de 60 a definição de Robbins passava a ser majoritariamente aceita (BACKHOUSE; MEDEMA, 2009).

O que se vê com Robbins é a transformação da Economia clássica na Economia neoclássica, embora o termo contíguo *neo* seja discutível tendo em vista tudo o que foi exposto neste trabalho até então. As conexões com a Economia clássica, afinal, são opacas, como Jackson (2013, p. 813, tradução nossa) argumenta:

Qualquer continuidade com a Economia clássica reside apenas em alguns traços dessa literatura, especificamente o vago individualismo adotado por alguns autores clássicos, o princípio da vantagem comparativa a resumir os benefícios da troca, e o argumento da mão invisível que aponta ganhos coletivos advindos do egoísmo individual.

A Economia neoclássica pode-se desses traços para formalmente rerepresentá-los como a base da teoria econômica – ela aspira alcançar o âmago do pensamento econômico, de uma vez por todas, transcendendo os esforços dos teóricos clássicos. Isso é, no melhor dos casos, uma herança seletiva do período clássico.

Ademais, Jackson (2013, p. 813-814, tradução nossa) afirma que “ingredientes da Economia clássica, como a ênfase na acumulação de capital, a análise baseada em classes [e] o comportamento especificado institucionalmente (...) são omitidos da modelagem neoclássica”, enquanto “outras escolas de pensamento, particularmente o marxismo e o institucionalismo, fizeram mais para preservar o legado da teoria clássica, na medida que eles continuaram a honrar os contextos políticos e sociais”. Essas escolas alternativas, entretanto, não conseguiram se infiltrar com suficiente força no compêndio do *mainstream*

⁵Backhouse e Medina (2009), oportunamente para nós, elencam as críticas de Cannan (1932), Peck (1936), Catlin (1933), Knight (1934) e Hutchinson (1935).

econômico. Nos anos 30, surgiria a definição de Robbins para a Economia, culminando todo o cerne da tradição marginalista.

O comportamento individual racional se tornou o arquétipo do comportamento humano na Economia, desbaratando a visão considerativa das classes sociais e instituições. Por meio da troca no mercado se alcança a máxima eficiência locativa: o comportamento todo se explica daí. A Economia se torna válida para todas as ocasiões em que se existe troca, já não possuindo mais considerações históricas. Um maior uso da matemática e um suposto maior rigor lógico também são bradados como sinais do maior valor científico da Economia para as necessidades do mundo.

CONCLUSÃO

Adam Smith, primeiro economista moderno, trata de descrever o novo modelo econômico capitalista de sua época e acaba por fundar uma ciência. Chamada de Economia Política na época, Smith aprende e ensina uma Economia que não foge de assuntos sociais, morais ou políticos. Smith também não se vale da matemática para apresentar suas conclusões sobre o funcionamento da economia. David Ricardo e Thomas Malthus, os sucessores imediatos de Smith, possuíam teorias quase antagônicas, mas que se complementavam. John Stuart Mill, criador do *homo economicus*, englobava o lado prático de Ricardo e a multiface de Smith. O *homo economicus*, abstrato hedonista, inviabiliza a existência do homem religioso na Economia. Karl Marx, por fim, é apresentado como alguém que propõe uma Economia com altas doses morais e que marca a teoria “alternativa” econômica de forma quase perene.

Os economistas da revolução marginalista são apresentados no segundo capítulo. William Jevons, Léon Walras e Carl Menger desenvolveram, quase que simultaneamente, um conceito revolucionário para a Economia: a utilidade marginal. Não é possível estabelecer a causa dessa curiosa simultaneidade, mas não cremos que ela seja acidental. O homem racional de Mill e o modelo dedutivo de Ricardo permanecem, mas muitas outras mudanças fazem com que a Economia se revolucione. O próprio nome se altera: de “Economia Política” para somente “Economia”. Em conformidade com a mudança de nome, o propósito central da nossa ciência também se altera; o foco passa a se dar ao mercado de trocas, ao consumidor e à maximização de utilidade do indivíduo. Essa mudança de propósito contribuiu para a separação da Economia com as ciências sociais – incluindo-se aí a Filosofia Moral – porque está associada àquilo que provavelmente motivou os marginalistas a romperem com a tradição clássica: a emulação do método das ciências naturais, visto na época como exemplo de cientificidade. Essa emulação trouxe a matemática à Economia; ela passou a ser utilizada para fundamentar o entendimento do valor de troca. O *modo* como a matemática deveria ser utilizada, porém, era bastante particular de cada um dos marginalistas. Menger nem fazia uso dela, por exemplo.

O utilitarismo veio a ter uma grande influência no pensamento econômico da época. Jevons fazia uso de um utilitarismo que nada mais era do que uma versão simplificada do utilitarismo de Jeremy Bentham, criador dessa filosofia. O objetivo da economia de Jevons é achar a maior utilidade possível para o maior número de pessoas. Esse cálculo é feito a partir da comparação dos prazeres e dores dos indivíduos em suas preferências econômicas. Walras e Menger não eram utilitaristas como Jevons, mas compartilhavam dos mesmos princípios individualistas e hedonistas do utilitarismo de Jevons. Também compartilhavam da atitude de suposta neutralidade na descrição da economia, embora seja possível argumentar que essa neutralidade é impossível – especialmente numa ciência humana.

Alfred Marshall era um economista mais flexível do que os marginalistas, mas ainda defendia o mesmo corpo de ideias. Vilfredo Pareto, na Itália, segue a lógica marginalista e inova ao estabelecer um novo critério de bem-estar social, o “critério de Pareto”, que passa a ser aceito na economia neoclássica. Uma visão verdadeiramente dissidente só viria com Thorstein Veblen, que fez o papel de representante do institucionalismo americano neste trabalho. Os institucionalistas advogam uma Economia que considera as questões históricas, psicológicas, sociais e morais. Eram a principal fonte de resistência ao positivismo dos marginalistas. Outros economistas menos influentes e de pensamentos econômicos mais particulares também defendiam uma Economia mais moral.

A batida do malhete marginalista só vem com a definição de Economia proposta por Lionel Robbins nos anos 30. Influenciado pelo positivismo, Robbins propõe uma Economia que nada tem a ver com as considerações morais. A definição de Robbins veio a se tornar bastante influente e estabeleceu a predominância do pensamento neoclássico sobre o pensamento das outras escolas teóricas.

A expectativa deste trabalho é poder contribuir para o estudo da aproximação entre a Economia e as demais ciências sociais, a Filosofia Moral em especial. Acreditamos que a Economia, como ciência que descreve o comportamento humano, possa se tornar mais consciente do espetacular espectro de possibilidades humanas, que nos fascina como seres sociais e de ambições intelectuais e artísticas. Ao olharmos para a história das ideias econômicas – ao entendermos os erros e acertos do passado – estaremos donos dos instrumentos para uma

moldagem menos elusiva do amanhã. Teremos, então, uma capacidade ampliada para desenvolver um futuro capaz de fornecer a dignidade e a harmonia que todos os seres humanos merecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEY, J. E. **An Introduction to Economics as a Moral Science.** *International Journal of Social Economics*, v. 27(12), p. 1231-1251, 2000.

AMARIGLIO, J. L.; MADRA, Y. M. **Karl Marx and Ethics.** In: Handbook of Economics and Ethics. Eds. I. van Staveren e J. Peil. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

BACKHOUSE, R. **Faith, Morality, and Welfare: The English School of Welfare Economics, 1901-29.** *History of Political Economy*, v. 40(suplemento anual), p. 212-236, 2008.

BACKHOUSE, R.; FONTAINE, P. **Introduction: History of Economics as History of Social Science.** *History of Political Economy*, v. 42(1), p. 1-21, 2010.

BACKHOUSE, R.; MEDEMA, S. **Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition.** *Economica*, v. 76(1), p. 805-820, 2009.

BATEMAN, B. W. **“In Space of Questions”:** A Reflection on Religion and Economics at the Beginning of the Twenty-First Century. *History of Political Economy*, v. 43(2), p. 389-411, 2011.

BATEMAN, B.; BANZHAF, H. S. **Keeping Faith, Losing Faith: An Introduction.** *History of Political Economy*, v. 40(5), p. 1-20, 2008.

BIRKEN, L. **From Macroeconomics to Microeconomics: the Marginalist Revolution in Sociocultural Perspective.** *History of Political Economy*, v. 20(2), p. 251-261, 1988.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect.** New York: Cambridge University Press, 1997.

_____. **British Classical Economics.** In: The New Palgrave Dictionary of Economics. Eds. DURLAUF, S. F.; BLUME, L. E. Palgrave Macmillan, 2008.

COATS, A. W. **Utilitarianism, Oxford Idealism and Cambridge Economics.** In: Economics and Ethics. Ed. GROENEWEGEN, P. London: Routledge, 1996.

DRAKOPOULOS, S. A. **Origins and Development of the Trend towards Value-Free Economics.** *Journal of the History of Economic Thought*, v. 19(2), p. 286-300, 1997.

GROENEWEGEN, P. **Introduction.** In: Economics and Ethics. Ed. GROENEWEGEN, P. London: Routledge, 1996.

HANDS, D. W. **Philosophy and Economics.** In: The New Palgrave Dictionary of Economics. Eds. DURLAUF, S. F.; BLUME, L. E. Palgrave Macmillan, 2008.

- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- JACKSON, W. A. **The Desocialising of Economic Theory**. *International Journal of Social Economics*, v. 40(9), p. 809-825, 2013.
- JEVONS, W. **The Theory of Political Economy**. London: Macmillian, 1888.
- KAMINITZ, S.C. **J. S. Mill and the Value of Utility**. *History of Political Economy*, v. 46(2), p. 231-246, 2014.
- KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1936].
- MAAS, H.; MORGAN, M. S. **Observation and Observing in Economics**. *History of Political Economy*, v. 44(suplemento anual), p. 1-24, 2012.
- MARTINS, N. O. **Interpreting the Capitalist Order before and after the Marginalist Revolution**. *Cambridge Journal of Economics*, v. 39(1), p. 1109-1127, 2015.
- MAYHEW, A. **Institutions**. In: Handbook of Economics and Ethics. Eds. I. van Staveren e J. Peil. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.
- MENGER, Carl. **Problems of Economics and Sociology**. Urbana: University of Illinois Press, 1963
- MILONAKIS, D; FINES, B. **From Political Economy to Economics**. London: Routledge, 2009.
- PAGANELLI, M. P. **The Moralizing Role of Distance in Adam Smith: The Theory of Moral Sentiments as Possible Praise of Commerce**. *History of Political Economy*, v. 42(3), p. 425-442, 2010.
- REDMAN, D. **The Rise of Political Economy as a Science**. Cambridge: MIT Press, 1997.
- ROBBINS, L. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillian, 1932.
- RODRIGUEZ-SICKERT, C. **Homo economicus**. In: Handbook of Economics and Ethics. Eds. I. van Staveren e J. Peil. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.
- SANDEL, M. J. **Market Reasoning as Moral Reasoning: Why Economists Should Re-engage with Political Philosophy**. *Journal of Economic Perspectives*, v. 27(4), p.121-140, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.

SEN, A. **The Possibility of Social Choice**. Discurso ao receber o Nobel de Economia de 1998. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1998/sen-lecture.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

SHILLER, R. J.; SHILLER, V. M. **Economists as Worldly Philosophers**. *American Economic Review*, v. 101(3), p. 171-175, 2011.

SIGOT, N. **Jevons's Debt to Bentham: Mathematical Economy, Morals and Psychology**. *The Manchester School*, v. 70(2), p. 262-278, 2002.

SMITH, A. **The Theory of Moral Sentiments**. Indianapolis: Liberty Fund, 1982 [1759].

_____. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago: University of Chicago Press, 1977 [1776].

VEBLER, T. **The Theory of the Leisure Class**. Oxford: Oxford University Press, 2007 [1899].

_____. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. New York: Augustus M. Kelley, 1964.

WALLER, W. **Thorstein Veblen**. In: *Handbook of Economics and Ethics*. Eds. I. van Staveren e J. Peil. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

WALRAS, L. 2014. **Elements of Theoretical Economics: Or the Theory of Social Wealth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014 [1900].

WARKE, T. **Mathematical Fitness in the Evolution of the Utility Concept from Bentham to Jevons to Marshall**. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 22(1), p. 5-27, 2000.

WHITE, M. V. **Comment: No Matter of Regret: The Cambridge Critique(s) of Jevons's Hedonics**. In: *Economics and Ethics*. Ed. GROENEWEGEN, P. London: Routledge, 1996.